

Brasil gastará US\$ 50 bilhões em dívida

■ Valor dos compromissos externos este ano é menor do que no ano passado

JANES ROCHA

BRASÍLIA – O Brasil vai gastar este ano US\$ 22 bilhões só com a amortização da dívida externa de longo prazo (contratos com vencimento acima de um ano). O montante, inferior aos US\$ 27 bilhões gastos no ano passado, equivale a 40% das reservas do país em dólares. Além disso, a dívida de curto prazo (com vencimento inferior a um ano) que vence este ano chega a US\$ 28,7 bilhões, totalizando US\$ 50,7 bilhões em compromissos que o país tem que honrar este ano com os credores externos.

A dívida externa total do Brasil é de US\$ 188,4 bilhões, sendo US\$ 159,7 bilhões de longo prazo e US\$ 28,7 bilhões de curto prazo. A maior parte da amortização prevista da dívida de longo prazo – US\$ 17 bilhões – diz respeito ao endividamento do setor público não financeiro e do setor privado. Os outros US\$ 5 bilhões referem-se à dívida dos bancos públicos e privados com a captação de recursos para a agroindústria, amparados pela resolução 2.148, a chamada 63 *Caipira*.

Preocupação – A situação mais preocupante, no entanto, é a das dívidas de curto prazo. A expectativa do governo e do próprio setor privado é de rolar essa dívida para que o país não tenha que desembolsar os US\$ 28,7 bilhões neste ano. Mas, nesse caso, o Brasil depende da decisão dos bancos no exterior que podem, dependendo da conjuntura internacional, cortar as linhas de crédito, possibilidade que começou a ser levantada depois que a Coreia do Sul e a Indonésia se declararam impossibilitadas de cumprir seus compromissos externos.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, apresentou ontem dados das contas externas para tentar desfazer especulações de que o Brasil estaria vul-

nerável à crise financeira internacional devido à sua dívida externa de curto prazo, a exemplo do que ocorreu com a Coreia do Sul e a Indonésia. “A preocupação não procede”, disse o secretário.

Segundo ele, da dívida brasileira que vence em menos de 360 dias, a chamada dívida não registrada, a maior parte – US\$ 23,3 bilhões – é de obrigações de bancos comerciais com linhas de financiamento ao comércio exterior, em operações conhecidas por Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC).

Rolagem – “Nunca tivemos problemas para rolar essas linhas de crédito comercial, mesmo nos piores momentos da crise internacional”, afirmou Mendonça de Barros. O governo conta com a recuperação das reservas internacionais e com a entrada de investimentos estrangeiros no país para financiar o pagamento dessa dívida. Segundo Mendonça de Barros, só na primeira semana de fevereiro os investimentos estrangeiros somaram US\$ 400 milhões.

O secretário de Política Econômica reafirmou a tendência de queda dos juros para este ano, sem querer antecipar o próximo patamar, mas frisou que a recuperação das reservas, segundo ele “forte no fim de janeiro e início de fevereiro”, tem relação direta com a elevada taxa imposta em novembro para enfrentar a crise asiática.

Segundo Mendonça de Barros, a ligeira redução dos juros feita a partir de janeiro e a elevação do prazo dos títulos do Tesouro Nacional vendidos internamente, de três para seis meses, “significam uma reversão importante e significativa” e uma retomada da confiança do mercado, em comparação ao quadro que levou às medidas de contenção de gastos e ao choque na taxa de juros em novembro. “Mas há que ter cautela. Ainda é prematuro dizer que o pior (a crise asiática) já passou”, afirmou.